

LEI DELEGADA 91, de 29 de janeiro de 2003

Dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG e dá outras providências.

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução nº 5.210, de 12 de dezembro de 2002, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, decreta a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º - A Universidade do Estado de Minas Gerais, de que trata a alínea “f” do inciso II do artigo 10 da Lei Delegada nº 49, de 2 de janeiro de 2003, é uma autarquia estadual de regime especial, tem autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, personalidade jurídica de direito público, prazo de duração indeterminado, sede e foro na Capital do Estado, vincula-se à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e tem a sua estrutura básica definida nesta Lei.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei a expressão “Universidade do Estado de Minas Gerais”, a palavra “Autarquia” e sigla “UEMG” se equivalem.
(Vide art. 1º da Lei nº 14797, de 26/11/2003.)

CAPÍTULO II Da Finalidade

Art. 2º - A Universidade do Estado de Minas Gerais tem por finalidade o desenvolvimento das ciências, da tecnologia, das letras e das artes e a formação de profissionais de nível universitário mediante a pesquisa, o ensino e a extensão, observando as políticas formuladas pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

Parágrafo único - As competências que detalham a finalidade da Autarquia serão estabelecidas em decreto.

CAPÍTULO III Da Estrutura Orgânica

Art. 3º - A Universidade do Estado de Minas Gerais tem a seguinte estrutura orgânica básica:

I - Unidades Colegiadas de Deliberação Superior:

- a) Conselho Universitário;
- b) Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão;
- c) Conselho Curador;

II - Unidades de Apoio Técnico e Administrativo aos Conselhos Superiores:

- a) Auditoria Seccional;
- b) Secretaria dos Conselhos Superiores;

III - Unidade de Direção Superior:

- a) Reitoria;

IV - Unidades de Assessoramento Superior:

- a) Gabinete;
- b) Procuradoria;

V - Unidades de Coordenação e Execução:

- a) Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Finanças;
- b) Pró-Reitoria de Ensino;
- c) Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão;

§ 1º - As competências e a descrição das unidades administrativas previstas neste artigo assim como a estrutura complementar e suas competências serão estabelecidas no estatuto da Universidade aprovado em decreto.

§ 2º - Para a consecução do disposto no parágrafo anterior poderão ocorrer fusões, alterações de denominação, transferências e desmembramentos nas unidades da estrutura complementar.

§ 3º - As competências e a descrição das unidades administrativas integrantes do *campus* de Belo Horizonte deverão observar a estrutura já existente na Universidade, evitando a sobreposição de funções.

CAPÍTULO IV Dos Cargos

Art. 4º - Fica extinto no Anexo II da Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, 1(um) cargo de Pró-Reitor.

Art. 5º - Ficam extintos no Anexo III da Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - 1(um) cargo de Auditor Chefe, código UM-04;
- II - 1(um) cargo de Assessor Chefe da Assessoria de Comunicação, código UM-06;
- III - 1(um) cargo de Assessor Chefe, código UM-05.

Art. 6º - Ficam criados no Anexo III da Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - 1(um) cargo de Auditor Seccional, com fator de ajustamento 1,20000;
- II - 1(um) cargo de Assessor de Comunicação Social, com fator de ajustamento 1,10000;
- III - 1(um) cargo de Procurador-Chefe, com fator de ajustamento 1,20000.

Art. 7º - O Anexo II da Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei.

Art. 8º - Serão identificados, mediante decreto, os cargos de provimento em comissão:

- I - extintos em virtude dos artigos 4º e 5º;
- II - criados no artigo 6º;
- III - não integrantes da estrutura básica a que se refere a Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, extintos em decorrência desta Lei.

CAPÍTULO V Disposições Finais

Art. 9º - A Autarquia deverá proceder em seu Estatuto as alterações decorrentes desta Lei e do decreto a que se refere o § 1º do artigo 3º.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 29 de janeiro de 2003.
Aécio Neves - Governador do Estado.